

**Sistematização da Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Sementes do município de Lagoa Seca – PB.**

Mirian Farias da Silva – Consultoria Estadual

Alexandre Merrem – Consultoria Regional Nordeste 2 CE, PI, PB, RN

Paula Andreas – Comunicadora Nordeste 2 CE, PI, PB, RN

**1. Apresentação**

A sistematização dessa experiência foi pensada dentro de uma dinâmica que considere as parcerias com as organizações das agricultoras e agricultores, Sindicato, Polo da Borborema e AS-PTA, que atuam desde 1993 no município de Lagoa Seca - PB. Também tem como perspectiva enfatizar os processos e aprendizados coletivos entre agricultores, técnicos e pesquisadores que gestou uma série de experiências de políticas públicas não governamentais conduzidas pelos agricultores familiares e, em alguns momentos, em uma relação conflituosa entre os representantes dos agricultores familiares e os representantes dos poderes locais.

Esse processo de sistematização também dialoga com alguns produtos concretos que visam fortalecer o processo de incidência política das organizações dos agricultores na política pública municipal, como:

* **Produção e divulgação do Boletim Nordeste Agroecológico**: produção de áudio com esclarecimento sobre a Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes, a ser compartilhado pelo WhatsApp, pelo Sindicato e a Secretaria Municipal de Agricultura do município, com objetivo de ampliar a divulgação da Lei.
* **Produção de 01 Vídeo** mostrando a importância da ação Sindical na construção da Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes.
* Produção de matérias para divulgar nas Redes Sociais e Sites

**1.1 Procedimentos Metodológicos**

Como se trata de um processo de “construção e aprendizagem coletiva”, os procedimentos metodológicos foram discutidos em uma reunião do Grupo de Trabalho composto pela participação de três representantes da diretoria do Sindicato, uma representante da coordenação do Polo da Borborema e um representante da AS-PTA. O objetivo foi construir uma escuta coletiva com alguns atores/as sobre o processo de construção da Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes, mas também dialogar com outros processos de pesquisa já realizados, fazendo parte do próprio processo coletivo da “aprendizagem”.

Para construir essa sistematização foram pensadas algumas etapas, a partir do exercício de diálogo com o Grupo de Trabalho criado para acompanhar a ação da Iniciativa Agroecologia nos Municípios. Na primeira etapa foi reunir esse Grupo de Trabalho e discutir as principais ações do Sindicato na incidência da política pública municipal, o próprio GT é uma referência para organizar as informações tanto sobre a realidade do município, como as experiências locais e referências construídas no município: água, sementes, juventudes, mulheres, cultivos ecológicos, educação do campo, etc.

Essa sistematização é baseada na valorização da memória coletiva (histórias, lembranças contadas sobre a ação Sindical e as parcerias). Para isso foi construído um roteiro simples dos objetivos dessa sistematização, compartilhado com a Diretoria do Sindicato, a comunicadora da AS-PTA e a equipe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município de Lagoa Seca - PB. Posteriormente, foi realizada uma manhã de escuta na sede do Sindicato sobre a experiência de construção da Lei Municipal de Sementes. Como resultado dessa primeira parte, se obteve os seguintes produtos: partilha do peso da Ação Sindical através das parcerias estabelecidas na incidência das políticas públicas.

* Primeiro momento: elaboramos uma linha “que guiasse a escuta com o Grupo de Referência”, participaram representantes da Diretoria do Sindicato, vereador que propôs a Lei e a equipe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.
* Segundo momento: após a escuta elaboramos uma peça de mídia, o Boletim Nordeste Agroecológico, áudio para circulação sobre a Lei.
* Terceiro momento: estudo da Lei, pesquisa dos materiais já produzidos sobre as experiências dos Bancos Comunitários, as sementes da paixão no município.

Essa partilha da história permitiu apresentar as mudanças significativas ocorridas nos agroecossistemas e sua relação ou não com as políticas públicas.

Nesse processo alguns passos estão previstos. Primeiramente, um esforço do “grupo de referência” para visitar a Sistematização feita. Posteriormente, a restituição ao conjunto das populações deste trabalho, através da produção e divulgação do Vídeo, das matérias a serem produzidas e da apropriação, divulgação junto aos agricultores e agricultoras familiares do município, como também no território sobre essa experiência.

**2. Material usado na Linha de Escuta com o Grupo de Referência**

A escuta foi realizada no dia 01 de setembro de 2021, no período da manhã, na sede do Sindicato em Lagoa Seca – PB. Estavam presentes, Nelson Ferreira (Direção do Sindicato em Lagoa Seca), Mirian Consultora Estadual da Iniciativa Agroecologia nos Municípios (AnM), Márcia (Diretora do Sindicato e da Comissão de Juventude), Rasac Sabino (Assessor da Secretaria de Agricultura), Nohanna do Nascimento Andrade (Engenheira Agrônoma, responsável técnica pelo Programa Planta Lagoa Seca), Nelson Anacleto (está Secretário de Agricultura e Abastecimento, autor da Lei Nº 206/2014 da Criação do Programa Municipal de Sementes) e Fabiana (da Direção do Sindicato e Conselheira do CMDRS).

**2.1 Texto da Linha de Escuta**

Sistematização da Experiência da Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes e dá outras providências do município de Lagoa Seca – PB.

 **Secretaria Municipal de Agricultura coordena o Programa**

Alguns elementos foram apontados na Lei Nª 206/2014 como a criação de Bancos Comunitários de Sementes nas comunidades rurais, fortalecer os já existentes, através do repasse das sementes e o veto à compra e distribuição de sementes transgênicas e híbridas por parte do município. As sementes, prioritariamente, devem ser de variedades crioulas e adquiridas de agricultores familiares da própria região. Outro elemento importante é o resgate das variedades crioulas e a multiplicação quando necessário para o abastecimento aos bancos comunitários de sementes.

**a) Objetivo da sistematização**

Sistematizar o processo de discussão, formulação e a interação da sociedade civil na criação do Programa Municipal de Sementes do município de Lagoa Seca PB, visando animar outros municípios a aderir a essa iniciativa de leis, de forma que fortaleçam a agricultura familiar agroecológica.

**b) Qual experiência queremos sistematizar?**

A incidência da sociedade civil na construção da Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes e dá outras providências do município de Lagoa Seca – PB.

**c) Quais os aspectos centrais que nos interessam?**

* O contexto da formulação da Lei - político “a proposição de Leis que jogam a favor da agricultura familiar e agroecologia passa por várias mediações nas relações políticas”.
* Como aconteceu e quem foram os principais atores dessa experiência?
* Como foi a participação do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores de Lagoa Seca?
* Os caminhos construídos, parcerias e os diálogos estabelecidos. As atividades realizadas para discussão, formulação e aprovação dessa Lei. Que destaque apresenta nos caminhos trilhados que seja referência pedagógica para outros municípios?
* Quando de fato o programa de compra e distribuição de sementes crioulas foi inaugurado no município?
* Os pontos positivos da experiência;
* Qual a perspectiva de implementação/continuidade;
* Hoje, como é feito o processo de monitoramento: compra das sementes, distribuição, plantio produtivo – aquisição por parte da Prefeitura para armazenar?

**d) Quais fontes de informações temos disponíveis e de quais necessitamos?**

As fontes disponíveis é a própria Lei, se faz necessário no processo de sistematização recuperar o processo vivido, reconstruir a história da experiência, resgatar também a pesquisa, as referências que discute a importância das Sementes Crioulas no município.

**3. Sistematização da Experiência da Criação do Programa Municipal de Sementes, Lagoa Seca – PB.**

Para esse tópico foi necessário beber de algumas fontes de produção do conhecimento e aprendizagem coletiva. Alguns textos de referência como o Diagnóstico Preliminar do Município de Lagoa Seca construído para Iniciativa Agroecologia nos Municípios; o Relatório de Pesquisa realizado entre janeiro/2002 a janeiro de 2003, uma parceria entre Sindicato, AS-PTA, CIRAD e UFCG, material de referência na construção do Plano Diretor do Município de Lagoa Seca, alinhado à forte mobilização social a partir de associações comunitárias, em particular do Sindicato. Matérias disponíveis na página da AS-PTA e documentos compartilhados pelo Sindicato.

Outro elemento, que vem engrandecer essa sistematização, é o olhar sobre o Programa Municipal de Sementes do **Grupo de Referência** (Márcia, Fabiana e Nelson Ferreira – da direção do Sindicato, e Nelson Anacleto, liderança sindical e atual Secretário Municipal de Agricultura), que vem há 25 anos trabalhando com a expansão e fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. A ***contação dessa história*** revisitou muitos momentos importantes e os atores na articulação e concretização desta política pública municipal, como a AS-PTA, organização da sociedade civil que assessora o Polo da Borborema, coletivo de 13 sindicatos rurais, mais de 150 associações comunitárias, uma associação de produtores/as agroecológicos, a EcoBorborema, e uma cooperativa de agricultores e agricultoras familiares CoopBorborema.

**FOTO 01:** Grupo de Referência



**FONTE**: Arquivo pessoal de SILVA, Mirian Farias da. **Contação da História sobre o processo de Incidência no Programa Municipal de Sementes, município de Lagoa Seca – PB**, realizada no dia 01 de setembro de 2021. Iniciativa Agroecologia nos Municípios, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

**3.1 Breve caracterização do contexto local**

O Município de Lagoa Seca fica a 135 km de João Pessoa, capital da Paraíba. A área atual do município é de 109km². O número de habitantes é 25,911 habitantes, conforme o censo de 2020, sendo 11.905 homens e 12.249 mulheres. Quanto à distribuição territorial da população, 8.112 pessoas vivem na zona urbana e 16.042 vivem na zona rural.

O município apresenta uma das melhores malhas fundiárias, segundo o padrão de concentração, da propriedade da terra do estado da Paraíba com índice de Gini girando em torno de 0,400 (MOREIRA, 1997). Em 1997, 99,7% dos estabelecimentos rurais existentes em Lagoa Seca eram menores do que 100 hectares e ocupavam 84,06% da área agrícola municipal (IBGE, 2017). A importância em termos de número e de área dos estabelecimentos da agricultura familiar no município pode ser observada nos dados do Censo Agropecuário de 2017, do total de 2.026 estabelecimentos rurais existentes no município, 65,7%, isto é, 1.332 preenchiam os requisitos, segundo o IBGE, da agricultura familiar. Dos 6.638 hectares ocupados pelo total dos estabelecimentos agropecuários do município, 53,8% ou seja, 3.569, pertenciam à agricultura familiar.

Em relação alguns dados educacionais, o município tem 33 escolas municipais, dessas 28 estão localizadas no campo, 05 unidades de ensino estaduais de 1º e 2º graus, 05 unidades de escolas particulares e 01 CAMPUS II da Universidade Estadual da Paraíba, um curso de habilitação em Técnico em Agropecuária e Bacharelado em Agroecologia.

As atividades agrícolas em Lagoa Seca são predominantemente da agricultura familiar, mas o município sofre um processo de urbanização no campo, com a formação dos bairros rurais como, por exemplo, a Vila Florestal, Ipuarana e Josias. Há também uma tensão na política de acesso à terra, tanto para a construção de moradia, de interesse social, para as famílias que moram na área urbana, como também a ampliação dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa, porque o Poder Público Municipal não dispõe de terras e ainda tem a pressão do município de Campina Grande no mercado de terras, com a ampliação de condomínios habitacionais, granjas.

No município há uma ação consolidada e atuante no campo, com destaque para ação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa Seca, que celebrou 50 anos no mês de maio de 2021, ação em parceria desde 1993 com outras organizações como o Polo Sindical da Borborema e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que tem contribuído com a organização econômica e técnica dos sistemas de produção camponesa.

Foi nesse movimento que, no início dos anos 1990, três sindicatos de trabalhadores rurais (dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca), com assessoria da AS-PTA, colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de incidência, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática específica da agricultura familiar da região. Tratava-se de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas e influenciadas pelo movimento sindical nacional, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do território. A ação articulada desses três STRs criou as condições políticas para o surgimento do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema (SILVEIRA; FREIRE E DINIZ 2010, p.15).

As experiências de agroecologia, construída nessa parceria com o Sindicato, o Polo da Borborema e AS-PTA passaram a se consolidar não só como um demandante de políticas públicas específicas, mas, fundamentalmente, como um espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno da construção de um projeto de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia no território da Borborema. Uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STTRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que conformam o Território da Borborema.

As inovações agroecológicas, com foco nas políticas públicas, foi uma a base de ensinamentos para formular e propor a criação da Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes, proposta apresentada à Câmara de vereadores pelo mandato do vereador Nelson Anacleto Pereira (PT), em 2013 e sancionada em 2014.

**3.2 A Criação do Programa Municipal de Sementes**

Como memória, é importante trazer o Seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”, construído pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), realizado em parceria com o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Tabuleiros Costeiros), em maio de 2012, na cidade de Lagoa Seca - PB. Participação significativa na perspectiva de elaborar diretrizes para programas de pesquisa em agroecologia junto às comunidades e as organizações da agricultura familiar camponesa.

Desde 1995, a ASA vem apoiando as experiências dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) no Estado da Paraíba, e têm contribuído para a conservação e recuperação de espécies locais e de cultivares adaptadas aos ecossistemas e aos modos de consumo da região. São sistemas de estocagem importantes no manejo da agrobiodiversidade e também em termos da promoção da segurança alimentar, uma vez que em períodos de seca esses bancos podem socorrer famílias que sofreram grandes perdas, garantindo sementes para o plantio no ano seguinte, ou mesmo para o replantio de lavouras perdidas com a estiagem. Outra metodologia de fortalecimento dessas experiências é o processo de organicidade da Comissão de Sementes.

Nelson Anacleto, Secretário de Agricultura e Abastecimento do município de Lagoa Seca – PB, ressalta a importância das redes e bancos de Sementes e de beber da fonte do conhecimento e das práticas tradicionais de manejo da biodiversidade de séculos de conhecimento da agricultura familiar e camponesa. Essa é a base para construção do trabalho, tanto na valorização do papel e do conhecimento acumulado da biodiversidade, mas também da capacidade criativa das famílias e da parceria para construir um instrumento, como a Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes.

**3.3 Contação da história sobre o Programa Municipal de Sementes**

Neste tópico a história do Programa Municipal de Sementes será contada por Márcia, Nelson Ferreira e Fabiana da Direção do Sindicato, e por Nelson Anacleto, autor da Lei, e hoje Secretário de Agricultura do município. Eles contam sobre a experiência de organização, experimentação e continuidade dessa história com a efetivação da Lei na prática, a partir da mobilização social.

No município de Lagoa Seca existem várias ações em curso na articulação com a gestão municipal, influenciada pela ação Sindical, o exercício é revistar a história para fazer referência a própria caminhada. A Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Sementes é um exemplo, que se apresenta como referência piloto no território da Borborema.

Lagoa Seca foi sugerida pela ASA Paraíba para ser um dos municípios para o processo de sistematização de incidência política, da Iniciativa Agroecologia nos Municípios, coordenada nacionalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e acompanhada na Paraíba por várias organizações da Rede ASA, como exemplo: o Polo Sindical da Borborema, AS-PTA e o Sindicato de Lagoa Seca, Patac, Coletivo, CENTRAC. Nas eleições do ano passado, Nelson Anacleto estava como candidato pela terceira vez a vereador, e assinou a Carta-Compromisso ‘Políticas para o Futuro’, da Campanha Agroecologia nas Eleições, coordenada pela ANA e divulgada no município pelo STTR. O atual prefeito também aderiu ao documento, como também recebeu do Sindicato um documento com uma série de programas voltados para a agricultura familiar. A compra de sementes realizada pela gestão em 2021 é uma das propostas entregue pelo Sindicato, contida na Carta Políticas Para o Futuro, e que se efetivou.

O Sindicato tem parceria com a gestão pública, a partir da secretaria de agricultura município, possibilitando avançar na aplicabilidade da Lei de Sementes e de fortalecer as experiências agroecológicas. A Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Sementes é uma consequência de uma caminhada que se fez ao longo de anos.

Na década de 1990, a agricultura familiar no município apresentava alguns desafios no processo de distribuição de sementes. “Encontramos situações de pobreza, agricultores que não tinha sementes, por conta, da forte estiagem e muitos não produziam sementes para o ano subsequente e quando produziam, devido à necessidade, acabavam comendo essa semente”, relata Nelson Anacleto, que assumiu a Secretaria de Agricultura na segunda gestão do prefeito Fábio Ramalho.

Quando chegava o período das chuvas muitos agricultores e agricultoras não tinham sementes para plantar. Naquela época era distribuída semente do governo, mas essas chegavam tarde para o plantio, além de serem sementes de fora, havia uma má distribuição, uns recebiam uma quantidade maior, outros só um litro e muitos não recebiam nada. Quando essa semente chegava os agricultores e agricultoras, os que conseguiam guardar suas sementes, já estavam com o feijão florando, por isso que o Sindicato começou a se preocupar e graça a parceria com a AS-PTA, e a construção do Polo da Borborema, iniciaram a experiência em Solânea, Remígio e Lagoa Seca, conseguindo construir alguns avanços. Essa parceria também foi feita com o Patac, através de Programas como ‘Alimento para o Trabalho’ e depois de políticas públicas, ainda no campo das organizações (ONG) e redes que se discutia naquele período “as sementes”.

Em Lagoa Seca o debate das sementes culmina com o debate da convivência com a seca, toda essa luta de apoio à agricultura via gestão pública para compra e distribuição de sementes nunca foi fácil, segundo conta o grupo de trabalho. “Nessa época estávamos iniciando a construção dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS), entre 1992-95”, contam.

Ao recontar essa história é importante para esse momento trazer o foco do debate para a esfera pública, visto que se está efetivando a Lei de Sementes no município, fruto de uma caminhada, de muitas experiências que orientaram a formulação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a agroecologia. As experiências dos Bancos de Sementes não foram frutos de uma política pública municipal, mas da organização da sociedade civil, parceria com as assessorias, Polo Sindical a partir do que podia ser feito coletivamente com as famílias agricultoras para formar os Bancos de Sementes.

Uma ação inicial foi uma parceria com Assocene (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste) que passou algumas sementes para ASA e essas sementes foram repassadas para os municípios, sindicatos e as organizações dos trabalhadores, foi a partir dessa ação que nasce a ‘Formação Coletiva dos Bancos de Sementes’ (BSC). Essa experiência caminhou por muitos anos sem ter o apoio de políticas públicas, principalmente na esfera municipal. O repasse da semente pela Assocene foi a primeira experiência da ASA com bancos de sementes. “A Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Sementes é resultado dessa caminhada de parceria entre Sindicato, Polo da Borborema, ASA PB e a AS-PTA, como também do esforço de construir uma voz da agricultura familiar camponesa na Câmara Municipal de Lagoa Seca, com a conquista de um mandato popular, a do companheiro Nelson Anacleto, em 2013”, destaca Nelson Ferreira.

Segundo Nelson Anacleto, a Lei foi uma ação prática já em curso pelo Sindicato, Polo da Borborema e na parceria com AS-PTA. “Lembro que no ano de 1997 a seca foi muito forte, foram 4 anos (1997-2000) de estiagem. Estava na Coordenação da Asa Paraíba e iniciamos uma discussão entre as organizações da ASA: ***como enfrentar aquela situação com uma escassez gritante de água, de sementes, de forragem***? Concretamente discutíamos os Bancos de Sementes e passamos a materializar na prática quando vivenciamos o problema”, conta.

Nos anos de 1998 a 1999 eles experimentaram a construção de muitos Bancos de Sementes. Lagoa Seca estava nesse contexto, e nos anos 2000 passaram a fortalecer a organização das comunidades para armazenar as sementes. “Temos o armazenamento coletivo e o armazenamento individual que muitas vezes não são valorizados. Antes da formação dos Bancos de Sementes tínhamos já essa experiência das famílias guardarem a sua própria semente, na garrafa, no silo. O êxito da semente crioula, das Sementes da Paixão, é fruto dessa resistência das agricultoras e agricultores em guardar suas sementes”, contam.

Nesse período de estiagem prolongada, as organizações vivenciaram, junto aos agricultores e agricultoras, um colapso que os levou inclusive a um enfrentamento com o próprio governo do Estado. Em 1998 a Secretaria Estadual de Agricultura foi ocupada com o objetivo de chamar atenção para o problema. Trazendo para o município de Lagoa Seca, o que foi colocado é que toda essa luta e o exercício de compreender o processo das famílias guardarem suas sementes de forma individual e passar para o exercício da coletivização, através dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS), começou a se criar força e resistência junto ao poder púbico. O estado da Paraíba, em várias gestões, constrói o Programa de Sementes, realizando a compra de sementes da Empresa Santana, desconsiderando a experiência dos agricultores como guardiãs das suas sementes e ***desvaloriza quando diz que o agricultor não planta sementes, planta grãos***.

Os enfrentamos foram diversos com o Estado, com os órgãos de Assistência Técnica, no caso a EMATER para mostrar que a agricultura familiar sempre selecionou, secou e cuidou das sementes. A contação dessa história é construção da memória da resistência camponesa, através da valorização e da conservação da biodiversidade. O resgate é importante, porque as guardiãs e os guardiões de semente não fazem de qualquer jeito.

Em relação à gestão municipal em Lagoa Seca, durante 50 anos de ação Sindical, não se tinha avançado em uma política de sementes municipal. Esse avanço veio quando eles decidiram ter uma voz no Parlamento, na Câmara Municipal, e passaram a criar instrumentos que possibilitasse isso. “O Sindicato de certa forma era visto como inimigo, antes do mandato de referência da agricultura familiar em 2013, existia ‘ciumeira’, investida pelos políticos locais na desconstrução das ações do Sindicato, em particular na construção de cisternas, de outros programas federais. A ciumeira era tão grande que teve vereador que propôs até CPI contra o Sindicato, desconfiados pelo peso das nossas ações e mudanças no cenário da agricultura familiar no município”, relatam.

Esse cenário mudou quando o Sindicato passou a ter representante na Câmara, trazendo o debate da agricultura familiar para dentro e com uma ação qualificada, e desde então já estão no terceiro mandato. “Quando começamos em 2013 fomos motivados por esse aspecto da organização das sementes, o foco da Lei são as sementes crioulas e suas variedades, na diversidade, preservação, plantas arbóreas e as raças nativas. Por si só a Lei não resolve, mas é um instrumento legal, que nos ampara e podemos cobrar, denunciar, acionar o Ministério Público no caso de descumprimento vai depender da nossa organização”, coloca Nelson Anacleto.

Qual é o ponto chave? O grupo aponta a questão organizativa e a mobilização social, caso esses não existissem não se conseguiria o cumprimento de nenhuma lei. A direção do Sindicato e Nelson Anacleto colocam que existem fragilidades, a ação Sindical exige um ativismo forte, tarefas burocráticas diárias, e mesmo com a Lei aprovada não conseguiram avançar muito com as gestões municipais. “É importante lembrar que estamos vivendo um momento de pandemia, mas esse cenário é reflexo também do Golpe de 2016, nossas pautas programáticas saíram do foco, há um desmonte das políticas públicas”, opina Anacleto.

O grupo coloca que as questões conjunturais demandaram muitos esforços e acabaram não fazendo esse diálogo no município, avanços que teriam já construído desde 2015, hoje passam a dar em passos mais concretos, quando começam a ter momentos de diálogos com o município, a ocupar espaço na secretaria de agricultura, no entanto continuam com um grande dilema ‘a gente perde mais enquanto organização’. “O Sindicato fez muito esse debate, Nelson na Câmara e ou na Secretaria de Agricultura, mas fizemos a escolha em apostar no espaço da Secretaria”, contam.

O primeiro passo foi estabelecer o diálogo mais orgânico com o gestor, que ele pudesse compreender a eficácia dessa Lei e o primeiro espaço concreto, pela primeira vez no município de Lagoa Seca, que decidimos assumir. “A Secretaria de Agricultura não tem receita carimbada como as demais secretarias, mas como todo mundo sabe, o orçamento municipal possibilita alguns ajustes”, comentam.

Lagoa Seca virou referência de experiência metodológica para outros municípios, no tocante as quais os caminhos que foram trilhados para o município destinar recursos para fortalecer o Programa Municipal de Sementes e dos avanços que a Lei vem possibilitando, como exemplo, no debate da criação de pequenos animais. Dentro dessa mesma linha tem o Programa ‘Lagoa Seca Verde’ que contempla a Lei Municipal de Sementes, que visa arborização da cidade. “Essa Lei é um norte para várias demandas que pretendemos alcançar e no Programa de Sementes, mesmo com a estiagem e pequenos resultados na produção em 2021, não vamos retroceder”.

No ano de 2021, a aquisição por parte da gestão municipal, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de uma 1 tonelada e 380 kg de sementes crioulas – quatro variedades de feijão, uma de fava e uma de milho – para famílias agricultoras do município foi um avanço visto a partir da abertura do diálogo com a gestão. Do próprio território, as sementes foram compradas de guardiões e guardiãs das Sementes da Paixão de Casserengue, Esperança, Arara, Remígio, Montadas e Areial. Para 2022 já foi estabelecida uma meta por parte da Secretaria para comprar das famílias agricultoras do município e do próprio território 1.800kg corresponde a 30 sacos. Como isso pode ser possível, na gestão púbica um valor abaixo de R$ 14 mil reais, não precisando fazer processo licitatório. Isso faz parte de um processo de diálogo, criatividade e abertura política na relação sociedade civil e gestão pública.

Nessa contação de história de Márcia, Fabiana, Ferreira e Nelson Anacleto, a Lei foi aprovada em 2014 e de forma orgânica, mas institucional foi implementada na prática em 2021. É importante destacar que a Lei não foca só na semente vegetal, mas também ajuda a fortalecer as raças nativas, e trabalha a questão ambiental com a produção de mudas.

Agora institucionalmente falando, na relação com o poder público o avanço é recente. Segundo Fabiana, não existia abertura de conversa sobre os temas que o Sindicato trabalhava e quando Nelson Anacleto passa a ocupar a Secretaria de Agricultura sentaram enquanto Sindicato para discutir as demandas que foi entregue a gestão no período de campanha, junto a Carta Compromisso Políticas para o Futuro, da Campanha Agroecologia nas Eleições da ANA. “Já tínhamos até outro documento mais antigo do que esses entregues em 2020, na primeira gestão de Fábio Ramalho mais não avançamos”, contam. O avanço foi dado com a ocupação do espaço na Secretaria de Agricultura por alguém que faz parte do movimento sindical, acredita-se que o trabalho agora pode avançar.

Nelson Ferreira, da direção do Sindicato coloca que é uma conquista a inauguração de fato do Programa Municipal de compra e distribuição de sementes crioulas. Outra experiência ressaltada nesse mergulho sobre o Programa Municipal de Sementes é a construção coletiva do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado no município de Lagoa Sena, no início dos anos 2000[[1]](#footnote-1), que é referência nessa trajetória porque possibilitou uma leitura sobre a realidade da agricultura familiar no município, “acreditávamos que os agricultores e agricultoras eram todos iguais. Um exemplo desse reflexo foi na própria construção dos Bancos Comunitários de Sementes, fazíamos até na região das frutas”, conta.

O diagnóstico possibilitou delimitar o espaço rural em seis microzonas ambientais: (1) região das frutas; (2) região dos roçados; (3) região das verduras; (4) região do encontro dos rios; (5) região das ladeiras e (6) região do agreste. E os agricultores estratificados em três grandes tipos, tendo como base os agroecossistemas. A denominação de cada tipo foi dada a partir da principal atividade agrícola: (1) agricultores de roçado, (2) fruticultores e (3) verdureiros. É um desenho que traduz a vocação dos sistemas de produção e na formatação da política pública, ação das organizações da sociedade civil e gestão municipal.

Citaram o exemplo da região do roçado a cultura do milho, feijão, macaxeira, batata se expressa com mais relevância e a política do Banco de Sementes apoia e fortalece essa região. A semente é uma garantia de permanência do agricultor no campo e a ação da política pública municipal através do Programa de compra e distribuição de sementes crioulas fortalece de forma direta as propriedades das agricultoras e agricultores.

Em aspectos mais gerais, a limpeza dos barreiros, aumento dos reservatórios de captação da água da chuva é uma linha direta de fortalecimento da política pública municipal na melhoria de infraestrutura nas pequenas propriedades. As cisternas de beber e de produção é uma política pública de estocagem de água. A promoção da agroecologia no município é esse esforço político mobilizado pelo Sindicato, Associações, CMDRS, Polo da Borborema, AS-PTA e fazendo com que essas políticas sejam acessíveis. Essa iniciativa que germina em Lagoa Seca de inauguração do Programa de Sementes é uma porta de entrada para avançar em outras ações de incidência na política pública.

Nessa construção do conhecimento com essa narrativa histórica, o Grupo de Referência dessa experiência apresentou alguns elementos que podem fortalecer e ampliar essas ações na continuidade de construção desse sonho coletivo da agroecologia como estratégia de transformações sociais. **O que pulsa como demanda? Vamos ver**.

**3.4 As luzes compartilhadas**

Sinalizar uma ação que pode ser promovida pela Secretaria de Agricultura, não seria um demanda para curto prazo, e sim médio prazo de promoção de uma Conferência da Agricultura Familiar no Município, resgatando as experiências construídas, o que fortaleceu a agricultura familiar nesses últimos 50 anos, trazer para um resgate histórico e construir a própria visibilidade da Lei de Sementes, comunicar mais a Lei para as organizações CMDRS, Associações, agricultores e para as parcerias que temos no território da Borborema.

O território ganha uma articulação importante quando o município sedia o Banco Mãe de Sementes, uma dinâmica regional, a interação com os municípios vizinhos, a Rede de Feiras Agroecológicas, o fortalecimento do PNAE, o próprio desafio do PAA Municipal, aproximar muito mais a ação da agroecologia no município para com a população. A necessidade é de comunicar melhor porque algumas ações ficam adormecidas, não é valorizada como deveria.

No município de Lagoa Seca, atualmente existem dois Bancos Comunitários de Sementes, na Comunidade de Gravatá e Pai Domingos, mas também o número significativo de agricultores e agricultoras guardiãs das sementes no Banco Familiar é forte no município. Mesmo os que não são da área de roçado, eles têm a experiência de guardar suas sementes para o ano seguinte e isso garante a permanência das sementes crioulas. Outra ação importante é a água para todo contexto da agricultura familiar, o trabalho com as mulheres, as crianças, juventudes e a iniciativa de trabalhar todos esses temas da agricultura familiar com crianças, jovens e mulheres.

A Ciranda da Borborema, atua com as crianças com metodologias que envolvem elas na sua própria realidade, vão para o roçado com os pais e é importante crescer conhecendo a importância da agricultura familiar; Comissão de Mulheres, o trabalho em várias comunidades com Fundos Rotativos Solidários de Cisternas (FRS), o projeto começou com o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e foi sentida a necessidade de se expandir no município esse trabalho, com isso iniciou-se o FRS de Cisternas, a maioria deles com as mulheres. O P1MC é uma experiência da sociedade civil, mesmo com o Programa, ainda continuou os FRS, depois foi se ampliando para o acesso à água de produção (P1+2). “As mulheres tendo ao arredor de casa a possibilidade de produzir, veio a necessidade de trabalhar biotertilizantes, na conservação e manejo das variedades crioulas, sementes vegetais e animais”, ressalta Márcia e Fabiana. A Lei precisa fortalecer as famílias a terem seus bancos de animais, valorizando a galinha de capoeira, animais de raças nativas, as plantas nativas, medicinais. ***Márcia ressalta, a necessidade de envolver a própria juventude na conservação de todas as sementes***.

Um desafio para as organizações do campo, na formatação das políticas públicas, é **pensar a sucessão no campo**. É ausente na gestão municipal ações direcionadas as crianças e juventudes do campo no município. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento como canal de abertura de diálogo entre sociedade civil e gestão municipal tem o desafio de identificar esses jovens e que ação, política de apoio, pode ser estabelecida.

O grupo finaliza reforçando a importância da agroecologia, da agricultura familiar no município de Lagoa Seca, tendo em vista que dois terços (2/3) da população mora no campo. Então significa dizer que os desafios estão postos, o grupo também faz uma observação sobre os avanços da agricultura familiar no período de 15 anos nas políticas federais no município, algumas estaduais e a gestão municipal as ações sempre foram mais tímidas. Existem ações gerais no município, como recuperação de estradas, cortes de terra, mas desejam por parte do município uma ação mais para dentro das propriedades das agricultoras e agricultores “sementes, limpeza do barreiro, reflorestamento, apoio na criação”. Outro desafio é ampliar os Bancos Comunitários de Sementes, o desafio de provocar e estimular os moradores de Chã do Marinho ter seu Banco de Sementes, é quase uma minicidade que recebe corte de terra, sementes.

**Referência**

AS-PTA – Matéria: **Lagoa Seca, na Borborema paraibana, inaugura programa municipal de compra e distribuição de sementes crioulas.** Disponível em: <https://aspta.org.br/2021/05/04/lagoa-seca-na-borborema-paraibana-inaugura-programa-municipal-de-compra-e-distribuicao-de-sementes-crioulas/>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano: relatório / Amaury da Silva dos Santos ... [et al.]. – Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012. 60 p. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1678-1953; 179). Disponível em http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes\_2012/doc\_179. pdf.

Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, Paraíba. **LEI N.º 206/2014 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes e dá outras Providências**. Sancionada em 30 de junho de 2014.

Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no Território da Borborema, Paraíba. In\_**Políticas públicas e transição agroecológica no Brasil: reflexões a partir de estudos de caso**. Fortaleza: CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, 2014. 224p.

Silveira, Luciano Marçal da; Freire, Adriana Galvão; Diniz, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. Revista Agriculturas, v. 7, n. 1, março 2010. Disponível em: (<http://aspta.org.br/files/2019/10/Artigo2_Agriculturas_MAR2010_Site.pdf>). Acesso em: 20/09/2021.

1. CHAMADA CNPq/COAGR-AF 004/2001, LINHA TEMATICA Nº 5 “Atividades rurais não agrícolas, multifuncionalidade e desenvolvimento local” TIPO DE PROJETO Estudos e diagnósticos. Relatório de pesquisa realizada entre janeiro/2002 e junho/2003, STR-LAGOA SECA/AS-PTA/CIRAD/UFCG. [↑](#footnote-ref-1)